

-----ACTA DA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ODEMIRA, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL:-----

-----Aos vinte e nove dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil, realizou-se, na sala de sessões da Câmara Municipal de Odemira, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, presidida pelo senhor Manuel Amaro Freire Marreiros Figueira, secretariado pelos senhores Filipe José Guerreiro Palma (Primeiro Secretário) e Manuel da Luz Guerreiro (Segundo Secretário), e convocada pelo primeiro ao abrigo do número um do artigo quadragésimo nono da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, conjugado com o disposto na alínea b) do número um do artigo décimo quarto do respectivo Regimento, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

-----I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

- 1. Discussão e votação das actas das reuniões das sessões extraordinária de 30/11/99 e ordinária de 20/12/99;-----
- 2. Leitura de expediente;-----
- 3. Apreciação de assuntos de interesse para o concelho.-----

-----II– PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

- 1. Cumprimento do disposto na alínea e) do nº 1 do artº. 53º da Lei nº 169/99 de 18/09: apreciação;-----
- 2. Primeira Revisão às Opções do Plano da Câmara Municipal de Odemira para o ano de 2000: apreciação e deliberação;-----
- 3. Primeira Revisão ao Orçamento da Câmara Municipal de Odemira para o ano de 2000: apreciação e deliberação;-----
- 4. Pessoal Dirigente da Autarquia – Proposta de Abono de Despesas de Representação: apreciação e deliberação;-----

-----5. Regulamento Municipal sobre Instalação e Funcionamento de Recintos de Espectáculos e Divertimentos Públicos: apreciação e deliberação;-----

-----6. Regulamento e Tabela de Taxas dos Estabelecimentos Hoteleiros, Meios Complementares de Alojamento e Parques de Campismo: apreciação e deliberação;-----

-----7. Regulamento de Instalação e Funcionamento dos Estabelecimentos de Restauração e Bebidas: apreciação e deliberação;-----

-----8. Regulamento de Atribuição de Estacionamento no Município de Odemira: apreciação e deliberação;-----

-----9. Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada: apreciação e deliberação;-----

-----10. Regulamento Municipal de Remoção e Recolha de Veículos: apreciação e deliberação;-----

-----11. Moção sobre “Hospital Conde Bracial Santiago do Cacém”, apresentada pelo senhor José Henrique Lopes, membro eleito pelo Partido Socialista, da Assembleia Municipal de Odemira: apreciação e deliberação;-----

-----12. Moção “De Novo Pela Modernização e Dignificação das Assembleias Municipais”, enviada pela Assembleia Municipal de Valença: apreciação e aprovação.-----

-----III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:-----

-----**ABERTURA DA SESSÃO**-----

-----Pelas dez horas e vinte minutos, o senhor Presidente da Assembleia declarou, nos termos da Lei, aberta a sessão e, depois de saudar os presentes, passou a palavra ao Segundo Secretário que procedeu à chamada, tendo-se verificado, após algumas chegadas mais tardias, a presença de trinta e quatro membros, a saber os senhores Alberto Fernando Silva Jaques Pedras, Amâncio Francisco Mendes da Piedade, Aníbal Mendes Simão, António Augusto Fernandes Alves Paulino, António Carlos da Silva Vilhena Roberto, António Eduardo

Guerreiro Silva, António Maria de Jesus Guerreiro, Catarina da Luz Martiniano Ramos, Dulce Loução de Matos Raposo, Filipe José Guerreiro Palma, Horácio de Oliveira Gonçalves, Humberto Inácio da Encarnação, João Maria Salvador, Joaquim Maria da Silva Rodrigues, Joaquim Maurício Conceição Rosa, Jorge Martins Parreira, José da Silva Valério, José David Fernandes Geraldo, José Henrique Lopes, José Manuel da Silva, José Manuel Guerreiro, José Manuel Guerreiro Ferreira Silva, José Manuel Reis Guerreiro, José Maria Joana, Manuel Amaro Freire Marreiros Figueira, Manuel Bartolomeu Afonso da Palma, Manuel da Luz Guerreiro, Manuel José Silva Correia, Maria Emília José Gomes da Silva, Maria Manuela da Silva Soares Guerreiro, Mário Neves Páscoa Conceição, Raúl Manuel Carrilo da Silva Vicente, Rui Boura Xavier e Sérgio Brigido Martins, e ausentes os senhores Dominic Robin Cross e Rogério Manuel Begarrão Teixeira.-----

-----Do executivo da Câmara Municipal de Odemira, estiveram presentes, para além do senhor António Manuel Camilo Coelho, Presidente da Câmara Municipal de Odemira, os senhores António Manuel Viana Afonso e José Alberto Candeias Guerreiro, Vereadores eleitos pelo Partido Socialista e o senhor Cláudio José dos Santos Percheiro, Vereador eleito pela Coligação Democrática Unitária.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que referiu, que na última sessão deste órgão, tinha manifestado a sua intenção de sair do cargo de Presidente da Assembleia, tendo em conta uma série de episódios. Face às Moções de confiança apresentadas pelos membros da Assembleia Municipal, informou que estava na disposição de reconsiderar a posição anteriormente tomada. Disse ainda que iria desempenhar as funções de Presidente da Assembleia Municipal da melhor maneira possível, porém a sua continuação não implicaria uma alteração de procedimentos ou comportamentos.-----

-----Reportando-se às faltas verificadas nas sessões anteriores, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que à sessão ordinária realizada no dia vinte de Dezembro de

mil novecentos e noventa e nove, não haviam justificado as faltas os senhores Alberto Fernando Silva Jaques Pedras e Humberto Inácio da Encarnação, Presidente da Junta de Freguesia de Salvador.-----

-----**I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**Ponto um:** DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS DAS REUNIÕES DAS SESSÕES EXTRAORDINÁRIA DE TRINTA DE NOVEMBRO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE E ORDINÁRIA DE VINTE DE DEZEMBRO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE:-----

-----A) ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE TRINTA DE NOVEMBRO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE: Uma vez que todos os presentes se encontravam de posse de exemplares fotocopiados da acta em epígrafe, que fora previamente enviada com a restante documentação para esta sessão, foi por isso dispensada a sua leitura e imediatamente submetida à discussão.-----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da presente acta, a qual foi devidamente aprovada por unanimidade, correspondendo a dezoito votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, oito votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e um voto a favor do membro independente, quando estavam presentes vinte e nove membros da Assembleia.-----

-----B) ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE DE DEZEMBRO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE: Uma vez que todos os presentes se encontravam de posse de exemplares fotocopiados da acta em epígrafe, que fora previamente enviada com a restante documentação para esta sessão, foi por isso dispensada a sua leitura e imediatamente submetida à discussão.-----

-----Interveio o senhor Amâncio Piedade que referindo-se à quadragésima sétima página no

último parágrafo, informou que não estava referida toda a sua intervenção. Pelo que devia ser acrescentada a seguinte frase: “A Moção apresentada pelos eleitos pela Coligação Democrática Unitária deixava muito a desejar, porque estavam a apoiar uma pessoa que não gostavam e estavam a aproveitar-se da situação para fazerem uma afronta ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Odemira”.-----

-----Interveio o senhor Filipe Palma que referindo-se à décima quinta página, informou que não se chamava “método de Donte”, mas sim “método de Hondt”.-----

-----Interveio o senhor José Lopes que referindo-se à quadragésima quinta página, na décima oitava linha, onde se lê: “Tento sempre fazer o melhor que pude e que sei”, devia ler-se “Tento sempre fazer o melhor que posso e que sei”.-----

-----Estas propostas de alteração ao texto da acta foram aprovadas por consenso.-----

-----Finalmente, foi o texto definitivo da acta colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, correspondendo a dezassete votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, oito votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, um voto a favor do membro independente, uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Socialista, uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, quando estavam presentes trinta membros da Assembleia.-----

-----**Ponto dois: LEITURA DE EXPEDIENTE**: A exemplo das sessões anteriores, embora todos os presentes se encontrassem munidos de fotocópias dos mapas-resumo da correspondência recebida e expedida desde a última sessão ordinária, o senhor Presidente da Assembleia colocou, os respectivos originais, à disposição de eventuais interessados, para melhor esclarecimento.-----

-----Não havendo qualquer intervenção, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

-----**Ponto três:** APRECIACÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO: Neste ponto registaram-se as seguintes intervenções:-----

-----O senhor António Roberto, relativamente à documentação de suporte aos apontamentos da reunião da Comissão de Trabalho da Assembleia Municipal, com a Escola Profissional de Odemira, sobre “a recusa da matrícula ao aluno Nuno Miguel Santos Silva”, informou que não era Doutor António Roberto, mas Professor António Roberto e, bem assim que no terceiro considerando, da segunda folha, o aluno tinha de adquirir catorze condições, no final do nono ano e não no final do ano. Por último, informou que a Comissão de Trabalho ainda não se tinha pronunciado porque ainda não tinham tido oportunidade de se reunirem;-----

-----O senhor Sérgio Martins fez um ponto de ordem à Mesa da Assembleia, dado que a intervenção do senhor António Roberto era referente a documentos que apenas tinham sido distribuídos pelos elementos da Comissão de Trabalho, não sendo do conhecimento geral da Assembleia Municipal. Informou ainda que se tratava apenas de um relatório provisório que teria de ser analisado pela Comissão de Trabalho, para posteriormente vir à Assembleia Municipal;-----

-----O senhor Presidente da Câmara informou que os documentos citados pelo senhor António Roberto não eram relatórios, mas apenas anotações da reunião havida com a Escola Profissional de Odemira, para a Comissão de Trabalho;-----

-----O senhor Jorge Parreira, membro eleito pelo Partido Social Democrata, apresentou o **Proposta**, que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“INFRA-ESTRUTURAS TURÍSTICAS-----

-----De acordo com o Decreto-Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, e conforme o artigo nº 53 nas alíneas m), o) e p) do ponto um, em conjugação com a alínea q) no ponto dois, os membros da Assembleia, em representação do Partido Social Democrata (PSD), apresentam à consideração desta Assembleia Municipal o assunto a seguir enunciado:-----

-----O turismo, no Município de Odemira, é um dos factores de desenvolvimento, que tem a maior importância e necessita, por isso, da máxima atenção. Deve estender-se, dentro do possível, à maior parte da superfície do Concelho, tanto no litoral como no interior.-----

-----As freguesias de Relíquias e de S. Luís, sem qualquer incentivo turístico, até à data, reúnem condições muito favoráveis para o turismo.-----

-----A Assembleia Municipal deve, portanto, pronunciar-se sobre a necessidade de a Câmara Municipal desenvolver os esforços económicos, técnicos ou burocráticos, necessários, designadamente junto do Parque Natural, quando tal for exigido, de modo a que se edifiquem dois restaurantes panorâmicos, a explorar por concessão em concurso público: um em Relíquias, na parte mais alta, zona do Moinho/ Portela do carvalhal, sobranceira ao extenso panorama sobre a nascente da ribeira de Gema ou planície Alentejana e outro em S. Luís, no alto da denominada Serra de S. Domingos, junto ao posto de vigia de incêndios, de onde se desfruta um dos mais belos horizontes do nosso Alentejo. Estes edifícios devem ser complementados com lojas adjacentes para a venda de artesanato, enchidos e outros artigos regionais.-----

-----A estrutura a edificar em S. Luís, requer, também, a construção de acessos rodoviários ao local.-----

-----Os membros da Assembleia Municipal do Partido Social Democrata-----

-----Odemira, 29 de Fevereiro de 2000-----

-----Jorge Martins Parreira-----

-----António Roberto”;------

-----O senhor Rui Xavier referiu que a ponte de Odemira era uma “imagem” da vila, porém encontrava-se muito danificada, necessitando também de uma pintura. Informou também que era urgente a criação de um parque de estacionamento para motorizadas, em frente à Escola Damião de Odemira. Por último, considerou que a zona de paragem dos autocarros para

transportar as crianças das escolas, em Odemira, era bastante perigosa para os automobilistas, porque era feita em cima de curva sem qualquer visibilidade;-----

-----A senhora Maria Emília Silva, membro eleito pelo Partido Socialista, apresentou a **Moção**, que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“MOÇÃO-----

-----Assistiu-se na passada reunião da Assembleia Municipal, realizada em S. Teotónio por parte da CDU numa atitude política inaceitável, sem qualquer razão e bem a seu jeito, à tentativa de uma jogada política rasteira, tendo como alvo a figura do Presidente da Câmara, António Camilo.-----

-----Vale a pena aqui lembrar que no aproveitamento de um dos pontos da Ordem do Dia, agendado pelo Presidente da Assembleia Municipal, a CDU que dele disse e diz “cobras e lagartos”, lhe manifestou grande apreço e solidariedade, para nas entre linhas mas implicitamente, tentar amachucar o Presidente da Câmara.-----

-----Como se viu, vários deputados municipais o denunciaram de imediato, reagindo e criticando a atitude.-----

-----É claro que o comportamento demonstrado pela CDU merece uma resposta clara, porque o acto de fazer oposição deve pautar-se pela frontalidade e pela nobreza, não deve nunca incorporar atitudes baixas e de puro aproveitamento político/ partidário, bem patentes na moção apresentada por aquela coligação.-----

-----Assim e num merecido acto de justiça, desejam os eleitos do Partido Socialista reafirmar a sua confiança no Presidente da Câmara, manifestar o maior respeito pelo trabalho que tem desenvolvido em prol do Concelho, salientar a atenção e permanente disponibilidade com que a sua equipa tenta enfrentar e resolver os problemas que surgem e ainda a sua boa relação com os outros eleitos.-----

-----Desejam ainda os eleitos do Partido Socialista, para que fique claro perante os mal

intencionados e sobretudo para os agiotas politiqueros de serviço e de todos conhecidos, manifestar a sua confiança no Presidente da Assembleia Municipal, eleito pelo Partido Socialista e parte integrante da sua estratégia de desenvolvimento, de todos conhecida e gizada para desenvolver o Concelho de Odemira, já que outros o prometeram e não o fizeram em anos e anos de oportunidades e de poder.-----

-----Não podem os eleitos do Partido Socialista deixar de manifestar respeito pela posição assumida pelo eleito PSD, Prof. Roberto, que numa atitude de consensualização para o problema, assumiu uma posição de grande dignidade relativamente a esse ponto da Ordem do Dia.-----

-----Odemira, 29 de Fevereiro de 2000-----

-----Os eleitos do Partido Socialista”-----

-----O senhor António Roberto, membro eleito pelo Partido Social Democrata, apresentou a **Proposta** que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“CONHECIMENTO DA RIQUEZA GASTRONÓMICA-----

-----De acordo com o Decreto-Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, e conforme o artigo nº 53 nas alíneas o) e p) do ponto um, os membros da Assembleia, em representação do Partido Social Democrata (PSD), apresentam à consideração desta Assembleia Municipal o assunto a seguir enunciado:-----

-----Odemira possui riquezas gastronómicas de alto valor cultural e patrimonial, pela ancestralidade, empenho de confecção e sabedoria das suas gentes.-----

-----Salientam-se a exemplo, as molejas, o fumeiro (em todos os seus artigos), a carne de porco à alentejana, o ensopado de borrego, as caldeiradas e muitos outros pratos...-----

-----Compete à Câmara Municipal divulgar e desenvolver tal cultura e riqueza.-----

-----Neste interesse, os membros do Partido Social Democrata propõem a realização de

uma semana gastronómica, nas instalações da FACECO, todos os anos, a decorrer em Fevereiro/ Março.-----

-----Este evento, no entender dos representantes do PSD, deve receber a aprovação da Assembleia Municipal, pelo valor que representa, pela riqueza que preconiza ao Concelho e pelo nome que dá ao Concelho de Odemira, tanto no aspecto nacional como internacional.-----

-----Os membros da Assembleia Municipal do Partido Social Democrata-----

-----Odemira, 29 de Fevereiro de 2000-----

-----Jorge Martins Parreira-----

-----António Roberto”-----

----Seguidamente, questionou ao senhor Presidente da Câmara para quando estava previsto o asfaltamento das ruas em Vila Nova de Milfontes. Informou também que discordava que a Praça de Táxis, em Vila Nova de Milfontes, fosse transferida provisoriamente para o terreno em frente à Guarda Nacional Republicana. Considerou que a actual localização era má, porém naquele local seria pior, referindo que o ideal seria a localização definitiva da Praça de Táxis, fora do centro da vila .-----

----Por último, perguntou se existia algum empreendimento turístico, previsto para a Entrada da Barca;-----

-----O senhor José da Silva considerou que a Moção apresentada pelos eleitos pelo Partido Socialista era uma provocação à Coligação Democrática Unitária, porque não tinham entendido o objectivo deles quando apresentaram a Moção, na última sessão ordinária da Assembleia Municipal. Disse ainda que, independentemente da cor partidária da pessoa que estivesse a ocupar um determinado cargo, sabiam reconhecer ou não, o seu valor de acordo com o seu comportamento e atitudes. Face à situação criada na última sessão ordinária, decidiram apresentar a Moção, em consciência e sem qualquer intenção ou oportunismo político, ou ainda qualquer forma de afronta ao senhor Presidente da Câmara Municipal, a quem também sabiam

reconhecer os seus valores e capacidade de trabalho;-----

-----O senhor Sérgio Martins perguntou se existia alguma intenção de investimento na área turística, na margem esquerda do Rio Mira, na zona das Furnas, pois tinha tido conhecimento de um grande empreendimento para esse local e no Plano Director Municipal não estava previsto.-----

-----Relativamente à Moção apresentada pelos membros eleitos pelo Partido Socialista, solicitou que provassem quando é que a Coligação Democrática Unitária tinha dito “cobras e lagartos” do senhor Presidente da Assembleia Municipal. Considerou ainda que tinham opiniões diferentes e expressavam-nas sempre que fossem chamados a isso. Por último, considerou que, o assunto tinha ficado esclarecido na última sessão ordinária, pelo que, o Partido Socialista ao apresentar a presente Moção, estava a utilizar a “baixeza política” que muitas vezes acusavam a Coligação Democrática Unitária de usar;-----

-----O senhor José Geraldo discordou com a apresentação da presente Moção, dado que supunha que o assunto tivesse ficado encerrado na última sessão ordinária. Considerou ainda que o Partido Socialista tinha sido incapaz de tratar o problema devidamente, tendo as outras forças políticas da Assembleia Municipal demonstrado solidariedade para com o senhor Presidente da Assembleia Municipal, de tal forma que o mesmo tinha decidido recuar na posição anteriormente tomada;-----

-----O senhor Filipe Palma informou que a presente Moção reafirmava a discordância com o ataque mais ou menos “encapotado” que a Moção da Coligação Democrática Unitária tinha feito contra o senhor Presidente da Câmara Municipal de Odemira. Disse ainda que, vinham novamente manifestar, na presente Moção, o apoio ao senhor Presidente da Assembleia, bem como o reconhecimento pela postura digna que o senhor António Roberto, eleito pelo Partido Social Democrata, tinha tido nessa sessão;-----

-----O senhor António Roberto agradeceu o reconhecimento, porém informou que a sua

Moção era sincera e tinha resolvido apresentá-la, porque a Assembleia Municipal estava dividida. Por último, considerou que não deviam criticar as Moções apresentadas na última e na presente sessão, porque em democracia e na política, tinham legitimidade para fazê-lo;-----

-----O senhor Sérgio Martins eleito pela Coligação Democrática Unitária, solicitou à Mesa da Assembleia Municipal, um intervalo de cinco minutos, ao abrigo do número dois do artigo vigésimo primeiro do Regimento dos Membros da Assembleia Municipal.-----

-----Face ao exposto, o senhor Presidente da Assembleia interrompeu a sessão pelas onze horas e quinze minutos para intervalo.-----

-----Pelas onze horas e vinte e cinco minutos, depois de verificado o quorum retomaram-se os trabalhos, dando-se continuidade ao tratamento do terceiro ponto do período Antes da Ordem do Dia.-----

-----Ainda antes de se proceder à votação da Moção, apresentada pelos membros eleitos pelo Partido Socialista, interveio o senhor Sérgio Martins que informou que os membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária iriam ausentar-se da sala durante a votação da mesma, como forma de protesto.-----

-----O senhor António Roberto informou que, pelo facto do seu nome estar incluído na Moção, não se sentia à vontade para votá-la, pelo que também se ausentaria da sala durante a votação da mesma.-----

-----Seguidamente, procedeu-se à votação da Moção, a qual foi aprovada por maioria correspondendo a dezassete votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, um voto a favor do membro independente, uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Socialista e uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, quando estavam presentes vinte membros da Assembleia.-----

-----O senhor António Maria Guerreiro, apresentou o **Requerimento** que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“REQUERIMENTO-----

-----Exmº Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal-----

-----António Maria de Jesus Guerreiro, membro desta Assembleia eleito pelo Partido Socialista, requer a V. Exª, que lhe seja dada com a maior brevidade possível a lista dos membros desta Assembleia que receberam ajudas de custo da última sessão realizada em S. Teotónio.-----

-----Odemira, 29 de Fevereiro de 2000-----

-----António Maria Guerreiro”-----

-----O senhor Alberto Pedras relembrou o problema dos esgotos de Santana da Serra, na Barragem de Santa Clara-a-Velha e informou que esta questão já tinha sido levantada por ele quando era Presidente da Junta de Freguesia e na altura nada tinha sido feito. Disse ainda que na zona da barragem existiam outros problemas graves, nomeadamente a utilização de fossas sépticas em todas as habitações, e bem assim que em algumas existiam vedações com a arame farpado, até à margem da barragem;-----

-----O senhor António Augusto Paulino, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha, apresentou a **Proposta de Recomendação**, que seguidamente se transcreve na íntegra:

-----“PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO-----

-----A Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha na pessoa do seu Presidente, António Augusto Fernandes Alves Paulino, lembra a necessidade do executivo camarário insistir nas negociações com o proprietário da vinha do Azinhal, o Sr. Augusto Duarte Guerreiro a fim de que aquele espaço seja a continuação do actual Bairro Municipal, que é manifestamente pequeno para as necessidades da região.-----

-----Muitos dos nossos jovens não foram contemplados no anterior loteamento, alguns tiveram mesmo que optar por outras paragens, contribuindo assim para tão acentuada desertificação do Alentejo interior.-----

-----Quero também lembrar ao executivo a necessidade de ser limpa a ribeira da Corte Sevilha, conforme tinha sido falado logo após as intempéries de Novembro/ 97.-----

-----Esta limpeza deverá ser feita a breve prazo pois os moradores da zona estão descontentes e manifestam-se constantemente junto desta Autarquia, acusando-nos de incumprimento.-----

-----Em nada estamos a contribuir para que a situação se arraste à tanto tempo, no entanto a pressão recai sobre nós o que é bastante incomodativo.-----

-----Odemira, 29 de Fevereiro de 2000-----

-----António Augusto Fernandes Alves Paulino”-----

-----O senhor Presidente da Assembleia informou que pela Associação de Beneficiários do Mira, solicitou à Direcção Regional do Ambiente que verificasse o problema dos esgotos de Santana da Serra, na barragem de Santa Clara-a-Velha, aguardando o envio de resposta.-----

-----Por último, disse que há três anos tinha sido feito um levantamento exaustivo de todas as habitações junto à albufeira, e os técnicos do Ambiente tinham verificado as condições de todas as fossas existentes;-----

-----O senhor Raúl Vicente, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, informou que concordava com a deslocação provisória da Praça de Táxis para o terreno junto à Guarda Nacional Republicana, porque para além da segurança, no verão ficavam junto ao Posto de Turismo, o que seria vantajoso.-----

-----Por último, informou que os taxistas partilhavam da mesma opinião da Junta de Freguesia e para além disso, a actual localização era alvo de reclamações por parte dos comerciantes daquela zona;-----

-----O senhor António Roberto informou que a Praça de Táxis de Vila Nova de Milfontes, tinha estado em dois locais provisórios, durante quase dezanove anos e agora passaria para outro local provisoriamente por mais anos. Disse que discordava com a localização pretendida

por se situar junto a um local onde transitavam muitas crianças. Considerou também que a questão do Posto de Turismo, no Verão, não era significativa porque o mesmo se encontrava constantemente fechado ao público.-----

----Por último, referiu que as reclamações à actual localização de táxis, se tratavam de questões familiares.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia colocou à consideração da Assembleia Municipal as propostas apresentadas, neste ponto da Ordem de Trabalhos, pelos membros da Assembleia Municipal:-----

-----A) **PROPOSTA**, apresentada pelo senhor Jorge Parreira, membro eleito pelo Partido Social Democrata, sobre “Infra-estruturas Turísticas”.-----

-----Interveio o senhor António Maria Guerreiro que questionou sobre a maneira que iriam proceder em São Luís, dado que o terreno onde era proposto o restaurante era de um particular.-

-----Interveio o senhor José Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que informou que discordava que a Câmara Municipal fosse custear este tipo de investimento, quando existiam outras prioridades mais importantes para fazer, num concelho como o de Odemira. Considerou ainda que deveriam ser os particulares a investir neste ramo, talvez através de financiamentos da Direcção Geral de Turismo.-----

-----Interveio o senhor António Eduardo Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, que discordou do empreendimento proposto pelo senhor Jorge Parreira. Revelou que concordava que cada freguesia, tivesse um local onde os turistas pudessem ver o artesanato e património.-----

----Considerou, por fim, que um projecto desta natureza era muito dispendioso e o concelho de Odemira, tinha muitas carências noutros níveis.-----

-----Evocando o direito de resposta, interveio o senhor Jorge Parreira que considerou que era importante criarem bases para o desenvolvimento turístico do concelho de Odemira. Disse

ainda que o turismo estava situado na zona litoral do concelho, sendo necessário se começar a pensar no interior.-----

----Por último, referiu que era fundamental que se desse uma “imagem” e “sustentação”, a nível de turismo, ao concelho de Odemira, quer fosse através da Câmara Municipal de Odemira ou particulares, porém se a autarquia não fosse o polo de desenvolvimento, muito dificilmente os particulares investiriam num local onde não existia turismo.-----

-----Interveio o senhor Sérgio Martins que referiu que concordava com a ideia apresentada na proposta, porém considerava que seria difícil de pô-la em prática, porque era mais fácil investirem no litoral, onde existia mais rentabilidade do que no interior, onde praticamente não existia turismo.-----

----Por último, disse que concordava que a Câmara Municipal assumisse o papel de promotor, mas não de construtora dos empreendimentos.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia que referiu que concordava com o senhor Sérgio Martins, quando disse que a ideia proposta era interessante. Referiu ainda que a Câmara Municipal deveria criar as condições para que os promotores pudessem surgir no nosso concelho, porém discordava que fosse a própria autarquia a custear o investimento.-----

-----Face ao exposto e com a concordância do proponente, parte do texto da proposta foi alterado, ficando do seguinte modo:-----

-----“ A Assembleia Municipal deve, portanto, pronunciar-se sobre a necessidade de a Câmara Municipal desenvolver os estudos necessários que possibilitem o aproveitamento das potencialidades turísticas da zona de Relíquias, da parte mais alta, zona do Moinho/ Portela do carvalho, sobranceira ao extenso panorama sobre a nascente da ribeira de Gema ou planície Alentejana e outro em S. Luís, no alto da denominada Serra de S. Domingos, junto ao posto de vigia de incêndios, de onde se desfruta um dos mais belos horizontes do nosso Alentejo. Estes

edifícios devem ser complementados com lojas adjacentes para a venda de artesanato, enchidos e outros artigos regionais.”-----

-----Interveio o senhor Sérgio Martins que referiu que a proposta tinha de ser confrontada com o Plano Director Municipal.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que informou que, a autarquia iria desenvolver os estudos, no sentido de identificar cartograficamente os locais preferenciais, no concelho de Odemira, para o desenvolvimento deste tipo de actividades. Quanto aos estudos específicos, considerou que deveriam ser desenvolvidos pelos promotores interessados no projecto.-----

-----Não se registando mais intervenções, procedeu-se à votação da presente proposta, a qual foi aprovada por maioria, correspondendo a quinze votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, doze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, um voto a favor do membro independente e três abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia.-----

-----B) **PROPOSTA**, apresentada pelo senhor António Roberto, membro eleito pelo Partido Social Democrata, sobre “Conhecimento da Riqueza Gastronómica”.-----

-----Interveio o senhor Joaquim Rodrigues que informou que concordava com a proposta e considerou que o espaço da FACECO, em S. Teotónio, deveria ser mais vezes utilizado.-----

-----Não havendo mais intervenções procedeu-se à votação da presente proposta, a qual foi devidamente aprovada por consenso.-----

-----C) **PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO**, apresentada pelo senhor António Paulino, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha, eleito pela Coligação Democrática Unitária, sobre “O Bairro Municipal de Santa Clara-a-Velha e a limpeza da Ribeira de Corte Sevilha”.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que informou que tinham apresentado candidaturas da limpeza das ribeiras, ao Ministério do Ambiente, em duas fases, sendo a primeira financiada a cem por cento e a segunda a setenta e cinco por cento, suportando a Câmara Municipal os restantes vinte e cinco por cento. Disse ainda que a limpeza de ribeiras tinha parado porque não existiam mais financiamentos. Quanto ao Bairro Municipal de Santa Clara-a-Velha, referiu que concordava com a “visão” de fixar as pessoas à terra, porém referiu que o terreno em causa era de um particular, pelo que teria de ser aberto um processo de expropriação, que seria demorado e muito dispendioso.-----

-----Interveio o senhor Filipe Palma que revelou que, iria votar contra a presente proposta, não por estar contra a limpeza das ribeiras, mas por discordar que se imponha à Câmara Municipal a limpeza da mesma.-----

----Informou ainda que existiam vários problemas com as linhas de água e a legislação referia que os proprietários confinantes com as linhas de água, eram responsáveis pela sua limpeza, enquanto que nas zonas urbanas os responsáveis seriam as autarquias.-----

----Disse ainda que, derivado a alguns motivos nomeadamente às dificuldades financeiras dos proprietários confinantes com as linhas de água, o Ministério do Ambiente tinha criado durante três anos, uma linha de crédito, no sentido de, em parceria com as autarquias ou outras entidades, procedam à limpeza das ribeiras.-----

----Face ao exposto, informou que concordava que a autarquia integrasse a limpeza da ribeira de Corte Sevilha, num protocolo com o Ministério do Ambiente, conjuntamente com outras linhas de água.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia que referiu que, a legislação referia que a limpeza das ribeiras competia aos proprietários confinantes, porém quando estes não o faziam e estivesse em risco coisas ou pessoas, competia à Direcção Regional do Ambiente promover essa limpeza e posteriormente enviava a factura aos responsáveis.-----

-----Interveio o senhor António Paulino, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha, que como proponente concordou que se acrescentasse a seguinte frase, no terceiro parágrafo: “...Quero também lembrar ao executivo a necessidade de ser limpa a ribeira da Corte Sevilha, conforme tinha sido falado logo após as intempéries de Novembro/ 97, nomeadamente oficiando a Direcção Regional do Ambiente.”-----

-----Interveio o senhor Alberto Pedras que, relativamente ao terreno do Bairro Municipal, informou que o proprietário não pretendia vendê-lo à autarquia ou à Junta de Freguesia, apenas a particulares, pelo que o processo não seria de fácil resolução.-----

-----Não se registando mais intervenções, procedeu-se à votação da presente proposta de recomendação, a qual foi devidamente aprovada por maioria, correspondendo a catorze votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, doze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e duas abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista, quando estavam presentes trinta membros da Assembleia.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia que apresentou o relatório, que seguidamente se transcreve na íntegra e que foi elaborado na sequência da reunião da Comissão de Trabalho da Assembleia Municipal, realizada no dia vinte e três de Fevereiro, referente à proposta sobre “Reclamação da Melhoria das Estradas Nacionais e da Construção da IC4”.-----

-----“RELATÓRIO-----

-----ESTADO DAS ESTRADAS NACIONAIS DO CONCELHO DE ODEMIRA-----

-----1. O abandono a que tem sido votado o Concelho de Odemira, assume proporções de escândalo a que urge por termo. Nos últimos trinta anos não houve qualquer alteração à rede viária integrada na Rede de Estradas Nacionais tendo sido apenas beneficiado um troço da E. Nacional 123 e 263, num total de 25 km, entre Odemira e o cruzamento para S. Martinho das Amoreiras.-----

-----Foram ainda efectuadas obras de conservação na E. Nacional 393 entre Portas do Transval e Vila Nova de Milfontes num total aproximado de 21 km.-----

-----2. A situação é tanto mais escandalosa quanto os Concelhos limítrofes da antiga Direcção de Estradas do Distrito de Beja, tem sido objecto de tratamento diverso, sendo interessante comparar os investimentos efectuados neste domínio, reportadas conforme se entenda ao número de habitantes ou à área do Concelho.-----

-----3. Pode mesmo considerar-se existir uma política concertada no sentido de não serem executadas Estradas Nacionais no interior do Concelho, tal é a coincidência entre as vias novas ou beneficiadas que terminam no limite do mesmo. Referimo-nos concretamente à E. N. 120 entre Lagos e o limite do Distrito de Faro, à E. N. 120 entre Alcácer do Sal e o limite do Distrito de Setúbal e à E. N. 266 entre Monchique e o limite do Distrito de Faro.-----

-----4. É urgente seja dada prioridade à construção/ beneficiação dum via longitudinal e outra transversal que possibilite a circulação de pessoas e bens, sob pena do isolamento a que estamos votados nos coloque bem mais próximo dos índices característicos dos Países do 3º mundo do que Portugal, País que se reclama Europeu.-----

-----Não existe em nosso entender qualquer justificação para que o eixo Odemira – Beja não seja pelo menos uma via razoável, nem tão pouco que a E. N. 120 (eixo longitudinal) se encontre no estado deplorável em que se encontra, ou mesmos que o início do IC 4 seja pouco mais que uma miragem.-----

-----De facto, mesmo o pequeno número de obras previstas para esta zona do País, não é executado, pondo claramente em causa todas as actividades económicas designadamente a agricultura e o turismo.-----

-----5. Pretende a Assembleia Municipal de Odemira que a Câmara Municipal tenha acesso à calendarização prevista para a execução das obras do PRN 2000, no que se refere ao Concelho e ao Distrito de Beja, por forma a avaliar-se da justeza dos critérios utilizados na

afecção dos recursos e nos “timings” e prioridades definidas para execução das obras.-----

-----O presente relatório deve ser remetido ao Sr. Ministro do Equipamento, ao I.E.P. e ICERR.-----

-----Odemira. 29 de Fevereiro de 2000-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que informou que faltava referir a ligação Cercal – Colos – Ourique, que apesar de não se encontrar toda no concelho de Odemira, era bastante importante.-----

-----Interveio o senhor Sérgio Martins que informou que na citada reunião tinham falado sobre o conjunto de estradas que deveriam ser reparadas e considerou que deveriam ser incluídas as Estradas Nacionais números trezentos e noventa, de Vila Nova Milfontes ao Cercal e trezentos e noventa e três, das Portas de Transval a Vila Nova Milfontes.-----

-----Por último, informou que para além das entidades que vinham mencionadas na proposta para receberem o presente relatório, tinha ficado decidido que o senhor Presidente da Câmara solicitaria uma audiência ao senhor Ministro do Equipamento Social.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia que informou que o documento em causa seria ainda analisado pela respectiva comissão.-----

-----Interveio o senhor Vereador Cláudio Percheiro, que sugeriu que antes de serem recebidos pelo senhor Ministro do Equipamento Social, deveriam reunir primeiro com o senhor Presidente do novo Instituto das Estradas, para terem conhecimento das estradas que estavam previstas em PIDDAC – Programa de Investimento de Despesas de Desenvolvimento da Administração Central, pois tinha conhecimento que apenas estava contemplada a Estrada Nacional número cento e vinte e que existiam verbas agregadas que não sabiam para que obras se destinavam.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que sugeriu que o Grupo de Trabalho analisasse o presente relatório e solicitasse a audiência ao senhor Ministro do equipamento

Social, onde deveriam estar presentes os senhores Presidentes das entidades mencionadas no relatório.-----

-----Interveio o senhor José Manuel Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que referiu que a Comissão de Trabalho deveria reunir logo com o senhor Ministro do Equipamento Social, porque tinham sido feitos tantos ofícios à Junta Autónoma das Estradas, sem qualquer resposta ou efeito.-----

-----Por último, considerou que deveriam pressionar mais, porque o concelho de Odemira continuavam a possuir estradas más, enquanto que as boas “ficavam à porta”.-----

-----Interveio novamente o senhor Vereador Cláudio Percheiro que, sugeriu que na citada audiência questionassem o porquê da Estrada Nacional número cento e vinte, cujo empreitada deverá ser concluída em Agosto do presente ano, em PIDDAC – Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central, possuía uma verba desdobrada até ao ano dois mil e um.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que informou que a verba do ano de dois mil um, citada pelo senhor Vereador Cláudio Percheiro, era referente ao atraso que a obra tinha sofrido.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que informou que o presente relatório seria analisado pela Comissão de Trabalho que se reunirá no próximo dia quinze de Março, Quarta-feira, pelas dezassete horas.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que relativamente ao estado da ponte sobre o Rio Mira, em Odemira, informou que estava previsto ser reparada, conjuntamente com a Estrada Nacional número cento e vinte. Disse também que tinha tomado nota da questão do parque de estacionamento das motorizadas, na Escola Damião de Odemira e dos autocarros.-----

-----Referiu que discordava com o senhor António Roberto, quando tinha dito que a transferência dos táxis para o terreno junto à Guarda Nacional Republicana, em Vila Nova de

Milfontes, seria perigosa, porque era um local onde transitavam muitas crianças. Considerando que se não estivessem os táxis naquele local, estariam os outros automóveis e as manobras teriam de ser feitas.-----

-----Quanto aos investimentos previstos, em Vila Nova de Milfontes, informou que nas Furnas não estava previsto nada, apenas a nascente da Estrada Nacional número trezentos e noventa e três, existia uma proposta para um empreendimento com cerca de mil e seiscentas camas. Considerou que o concelho de Odemira, precisava de investimentos turísticos de qualidade, porque tinham pouca oferta.-----

-----Atendendo ao avanço da hora, pelas treze horas e vinte minutos, interrompeu-se a sessão para dar lugar ao período habitualmente reservado ao almoço.-----

-----Pelas quinze horas e quinze minutos, depois de verificado o quorum, retomaram-se os trabalhos, dando-se continuidade ao tratamento dos assuntos da Ordem de Trabalhos.-----

-----II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

-----**Ponto um:** CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO: Neste ponto registaram-se as seguintes intervenções:-----

-----O senhor Sérgio Martins questionou ao senhor Presidente da Câmara, se o arranjo urbanístico da Marginal de Vila Nova de Milfontes estava concluído e se o projecto tinha sido do conhecimento da respectiva Junta de Freguesia. Por último, referiu que gostaria de ter acesso ao projecto anteriormente referido, e bem assim do “Cine-Teatro de Odemira”, do “Acesso ao Centro de Saúde de Odemira, alteração da Junta Autónoma de Estradas” e do “Hospital de Rectaguarda de Odemira”.-----

-----O senhor Presidente da Câmara informou que o arranjo urbanístico da Marginal de Vila Nova de Milfontes, tratava-se do arranjo a nível de electricidade e passeios, faltando

apenas o parecer do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina para o início das obras.-----

----Quanto ao Cine-Teatro de Odemira, disse que faltava apenas o estudo do sistema de segurança contra incêndios. O Hospital de Rectaguarda de Odemira, tinha sido feito o último levantamento topográfico e encontrava-se em fase de recolha de propostas para o projecto.-----

----Relativamente, ao “Acesso ao Centro de Saúde de Odemira”, informou que o projecto estava a ser remodelado. Por último, disse que os citados projectos poderiam ser consultados na secção de Obras Municipais, da Câmara Municipal de Odemira.-----

-----O senhor José Valério, Presidente da Junta de Freguesia de Luzianes-Gare, referindo-se à nona folha do presente relatório, informou que “Nave Redonda” vinha mencionada duas vezes, na abertura de furos de pesquisa e captação de águas subterrâneas. Por último, perguntou se os citados furos já tinham sido todos executados e informou que em Luzianes-Gare não tinham resultado.-----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que haveriam de encontrar uma solução para o abastecimento de água à população de Luzianes-Gare, fosse através de furos, de pequenas barragens ou de uma conduta em alta.-----

-----O senhor Jorge Parreira, referindo-se à terceira folha do relatório, perguntou em que situação se encontravam os projectos do Centro Social da Longueira, o cálculo e medição das bancadas do Estádio Municipal de Odemira e o Depósito de Água do Castelão.-----

-----O senhor Presidente da Câmara informou que o projecto do Centro Social da Longueira tinha sido submetido a candidatura para comparticipação, à Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, a qual tinha sido recusada porque aceitavam apenas projectos de Associações com mais de três anos de existência. Face ao exposto, informou que iriam tentar submetê-lo a um programa de apoio a equipamentos sociais, desportivos e recreativos, conjuntamente com outros centros sociais.-----

-----Quanto às bancadas do Estádio Municipal de Odemira, informou que o projecto estava a ser remodelado, porque as bancadas como inicialmente estavam projectadas, ficavam muito longe do campo de futebol, o que afastava muito o espectador da emotividade do futebol tradicional. Numa primeira fase seria feita a bancada, seguidamente numa segunda fase a respectiva cobertura. Relativamente ao relvamento do campo, informou que seria feito se houvesse subsídios para o efeito, dado que o terreno tinha ficado preparado para receber a drenagem e a relva.-----

-----O senhor Raúl Vicente, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, relativamente à décima folha, perguntou em que situação se encontrava a “Recolha Selectiva de papel e vidro” – Sistema Inter-Municipal. Disse ainda que tinha recebido os novos panfletos turísticos do concelho de Odemira, cujo o aspecto gráfico estava impecável, porém discordava que no panfleto de Vila Nova de Milfontes, nomeassem o Castelo, o “Forte da Boca do Rio”, em vez de “Forte de S. Clemente”. Ainda em relação a este assunto informou que tinha recebido o panfleto de Odemira escrito em Alemão.-----

-----O senhor Presidente da Câmara, relativamente à recolha selectiva de papel e vidro, informou que tinha sido aberto concurso com as sete Câmaras Municipais intervenientes, aguardando o financiamento.-----

-----O senhor António Eduardo Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, relativamente aos panfletos turísticos, informou que num mapa vinha referido “Cabo Redondo”, em vez de “Campo Redondo”.-----

-----Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

-----**Ponto Dois:** PRIMEIRA REVISÃO ÀS OPÇÕES DO PLANO DE ACTIVIDADES DA CÂMARA DE ODEMIRA PARA O ANO DE DOIS MIL: Ao dar-se início ao tratamento deste ponto da Ordem de Trabalhos, interveio o senhor Presidente da Câmara que explicou o

porquê da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“PRIMEIRA REVISÃO ÀS OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE DOIS MIL:- Procedeu-se à apreciação da Primeira Revisão às Opções do Plano para o ano de 2000, nos termos do artigo 4º. do Decreto-Lei nº. 341/83, de 21 de Julho.-----

-----Seguidamente, procedeu-se à apreciação da Primeira Revisão ao Orçamento para o ano de 2000, nos termos do artigo 31º. do diploma acima referido, que apresentava os seguintes valores:- RECEITA – Saldo do ano anterior – 762.486.878\$00 (SETECENTOS E SESSENTA E DOIS MILHÕES, QUATROCENTOS E OITENTA E SEIS MIL, OTOCENTOS E SETENTA E OITO ESCUDOS);- DESPESA - ANULAÇÕES – 67.700.000\$00 (SESSENTA E SETE MILHÕES E SETECENTOS MIL ESCUDOS); - REFORÇOS E INSCRIÇÕES:- 830.186.878\$00 (OITOCENTOS E TRINTA MILHÕES, CENTO E OITENTA E SEIS MIL, OITOCENTOS E SETENTA E OITO ESCUDOS);- TOTAL DA PRIMEIRA REVISÃO:- 830.186.878\$00 (OITOCENTOS E TRINTA MILHÕES, CENTO E OITENTA E SEIS MIL, OITOCENTOS E SETENTA E OITO ESCUDOS).-----

-----Depois de analisados os referidos documentos, que ficam arquivados no maço de documentos respeitantes à presente acta, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprová-los, com quatro votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista e três abstenções dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária e bem assim, submetê-los à aprovação da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto na alínea c), do nº.2, do artº.64º., da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro.”-----

-----Interveio o senhor António Roberto que considerou que os terrenos adquiridos pela Câmara Municipal, deveriam também ter outras utilizações, nomeadamente deveriam ter mais atenção para com a população idosa, informando que as farmácias não tinham espaço para o atendimento a idosos.-----

-----Interveio o senhor Sérgio Martins que referiu que considerava exagerado o saldo que

transitava do ano anterior, devendo o mesmo ter sido investido. Disse também que tinham sido ditas “cobras e lagartos” da gestão da Coligação Democrática Unitária, quando o saldo dos Alagoachos, tinha transitado de um ano para o outro, porém essa verba era cativa para um determinado fim.-----

-----Relativamente à questão das farmácias, levantada pelo senhor António Roberto, disse que se deveriam fazer os esforços necessários para a instalação de equipamento de utilidade social, porém lembrou que as farmácias tinham fins lucrativos, apesar da função social. Face ao exposto, informou que discordava com a cedência de terrenos públicos para fins lucrativos.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia que perguntou se o reforço de uma inscrição não correspondia a uma anulação de uma outra rubrica orçamental.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que referiu que a expressão “cobras e lagartos”, também existia na Coligação Democrática Unitária, não era apenas do Partido Socialista. Quanto ao saldo transitado do ano anterior, informou que era referente das obras que estavam no Plano de Actividades e que não tinham sido iniciadas porque não existiam projectos ou não estavam completos, do aumento registado na receita, com a aplicação da SISA, entre outros motivos.-----

-----Disse também que tinham de suportar em orçamento próprio as obras que tinham sido submetidas a candidatura e que não tinham sido ainda subsidiadas.-----

-----Por último, lembrou que durante a gestão da Coligação Democrática Unitária, tinham transitado de um ano para o outro, com cerca de seiscentos mil contos e não tinham adjudicadas metade das obras que estavam presentes no plano.-----

-----Interveio o senhor Sérgio Martins que informou que a Coligação Democrática Unitária aceitaria fazer um debate sobre esta matéria. Disse ainda que o senhor Presidente da Câmara tinha referido, aquando da sua posse, que se fosse necessário utilizaria toda a capacidade de endividamento do município, para investimentos necessários no concelho, pelo que sob o ponto

de vista político entendia que poderia ter investido mais e não ter transitado com esse saldo.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia que questionou ao senhor Presidente da Câmara se não haveria prejuízos para o município, o facto de possuir um Orçamento de cerca de nove milhões de contos e depois uma Conta de Gerência, com aproximadamente três milhões de contos.-----

-----Interveio a senhora Dulce Raposo que, referindo-se à rubrica número sete “Protecção Civil”, das Opções do Plano de Actividades, questionou se já tinham sido pagas todas as despesas com as intempéries de Novembro de mil novecentos e noventa e sete.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que informou que na rubrica da Protecção Civil, a verba inscrita para “Outros”, destinava-se a qualquer eventualidade que pudesse acontecer. Quanto à outra verba, disse que era para acções no âmbito das intempéries que ainda não estavam concluídas, tais como a ponte em Luzianes-Gare e a Estação de Águas Residuais do Está Bem, em Santa Clara-a-Velha.-----

-----Interveio o senhor Vereador José Alberto Guerreiro, que considerou que a aplicação da verba, relacionava-se com a capacidade do município em gerir as obras. Referiu ainda que era tecnicamente impossível concretizar toda a execução das verbas, dado que o inicio de uma obra, implicava uma série de procedimentos administrativos desde a preparação dos concursos, análise de propostas e acompanhamento técnico das mesmas por um técnico, pelo que seria necessário um grande número de técnicos para concretizar todas as obras previstas, o que era impossível devido às limitações físicas e estruturais dos serviços.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia que referiu, que existiam empresas privadas que abriam os concursos e lançavam as obras, não sendo necessário ser a Câmara Municipal a fazer tudo.-----

-----Evocando o direito de resposta, interveio o senhor Vereador José Alberto Guerreiro que referiu que existiam procedimentos que não podiam ser feitos pelas empresas particulares.-

-----Interveio o senhor Vereador Cláudio Percheiro que referiu que, esta questão merecia um debate mais amplo e aberto. Disse também que o saldo era de setecentos mil contos, mas considerava que faltava verba, dado que o mesmo deveria ser na ordem de um milhão e quatrocentos mil contos. Informou ainda que não estava quase nada previsto em PIDDAC – Programa de Investimentos e Despesas de desenvolvimento da Administração Central, para o concelho de Odemira.-----

-----Interveio o senhor José Manuel Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que referiu que considerava sempre pouca, a verba que era atribuída à sua freguesia. No entanto, actualmente estavam a ser iniciadas obras em Fataca, Malavado, Cavaleiro, Baiona, São Miguel, considerando as mesmas, bastante justas para a população em causa, que durante alguns anos não tinham visto qualquer investimento nas suas localidades.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da presente proposta, a qual foi aprovada por maioria, correspondendo a dezassete votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, um voto a favor do membro independente, dez abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e duas abstenções dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, quando estavam presentes trinta membros da Assembleia.-----

-----**Ponto Três:** PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODEMIRA PARA O ANO DE DOIS MIL:-----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da presente proposta, a qual foi aprovada por maioria, correspondendo a dezassete votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, um voto a favor do membro independente, dez abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e duas abstenções dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, quando estavam presentes trinta membros da Assembleia.-----

-----**Ponto quatro:** PESSOAL DIRIGENTE DA AUTARQUIA – PROPOSTA DE ABONO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO: Ao dar-se início ao tratamento deste

assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara que explicou a razão, da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“PESSOAL DIRIGENTE DA AUTARQUIA – ABONO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO:- Foi presente a Proposta nº.003/GP/00, datada de 03/01/00, subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara referindo que, face à publicação do Estatuto do Pessoal Dirigente das Autarquias Locais através do Decreto-Lei nº.514/99, de 24 de Novembro, há que submeter à apreciação da Assembleia Municipal, obtida que seja a aprovação da Câmara Municipal, a proposta para abono de despesas de representação ao pessoal dirigente da Autarquia.-----

-----Os quantitativos a abonar aos dirigentes seriam de 53.200\$00 (CINQUENTA E TRÊS MIL E DUZENTOS ESCUDOS) para os directores de departamento ou equiparados e 33.300\$00 para os chefes de divisão ou equiparados, sendo estes montantes actualizados, automaticamente, na mesma percentagem da actualização salarial anual da função pública, propondo ainda que aquele abono se processasse desde a data de entrada em vigor da Lei nº.49/99, de 22 de Junho.-----

-----Apreciado o assunto a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada que deverá ser presente à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação.”-----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação desta proposta, a qual foi aprovada por unanimidade, correspondendo a dezassete votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e um voto a favor do membro independente, quando estavam presentes vinte e nove membros da Assembleia.-----

-----**Ponto cinco:** REGULAMENTO MUNICIPAL SOBRE INSTALAÇÃO E

FUNCIONAMENTO DE RECINTOS DE ESPECTÁCULOS E DIVERTIMENTOS

PUBLICOS: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara que explicou o porquê da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“REGULAMENTO MUNICIPAL SOBRE INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ESPECTÁCULOS E DIVERTIMENTOS PÚBLICOS – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO:-

Foi presente a proposta de alterações ao Regulamento Municipal sobre Instalação e Funcionamento de Espectáculos e Divertimentos Públicos, assim como o texto final, que vai ficar arquivado no maço de documentos respeitante à presente acta.-----

-----O referido Regulamento foi publicado em proposta, no Diário da República, II série, nº.209 de 07/09/99, para efeitos de apreciação pública nos termos do artigo 118º. do Código do Procedimento Administrativo, não se tendo verificado quaisquer sugestões ou reclamações.-----

-----Depois de apreciado e discutido, a Câmara Municipal, por maioria, com o voto contra dos Vereadores da CDU, deliberou aprovar e submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal a presente proposta de alterações bem como o texto final do presente Regulamento, nos termos da alínea a) nº.2 do artigo 53º. da Lei nº.169/99 de 18/9.”-----

-----Interveio o senhor Sérgio Martins que considerou que a Câmara Municipal centralizava demais a competência para licenciar, devendo, em pequenas iniciativas de índole local, essa competência ser descentralizada para as Juntas de Freguesia.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que informou que as Juntas de Freguesia não tinham competência para esse tipo de licenciamento e a legislação não permitia à Câmara Municipal a possibilidade de delegar nas Juntas de Freguesia essa competência.-----

-----Interveio o senhor Rui Xavier que referindo-se ao número dois do artigo sexto, considerou que o termo de responsabilidade deveria ser apresentado em todos os casos, dado que frequentemente assistiam a acidentes nesse tipo de divertimentos. Por último, perguntou se

a pessoa que fiscalizava era credenciada para o fazer.-----

-----Interveio o senhor António Roberto que considerou que os licenciamentos mais simples, poderiam ser feitos pelas Juntas de Freguesia, e bem assim que a fiscalização deveria ser feita por pessoas credenciadas de modo a evitar acidentes.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia que informou que o presente regulamento já tinha sido exaustivamente discutido numa sessão da Assembleia Municipal, estando agora apenas para aprovação final.-----

-----Interveio o senhor Vereador Cláudio Percheiro que considerou que todos os regulamentos que estavam agendados para a presente sessão não deviam ser da responsabilidade das Câmaras Municipais.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação do presente regulamento, o qual foi aprovado por maioria, correspondendo a quinze votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor do membro independente, seis votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes vinte e cinco membros da Assembleia.-----

-----**Ponto seis:** REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS DOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS, MEIOS COMPLEMENTARES DE ALOJAMENTO E PARQUES DE CAMPISMO: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS DOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS, MEIOS COMPLEMENTARES DE ALOJAMENTO E PARQUES DE CAMPISMO:- Foi presente a proposta de alterações ao Regulamento e Tabela de Taxas dos Estabelecimentos Hoteleiros, Meios Complementares de Alojamento e Parques de Campismo,

assim como o texto final que vai ficar arquivado no maço de documentos respeitante à presente acta.-----

-----O referido Regulamento foi publicado em projecto, no Diário da República, II Série, nº.209 de 07/09/99, para efeitos de apreciação pública, nos termos do artigo 118º. do Código do Procedimento Administrativo, não se tendo verificado quaisquer sugestões ou reclamações.-----

-----Depois de apreciado e discutido, a Câmara Municipal por maioria, com o voto contra dos Vereadores da CDU, deliberou, aprovar e submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal a presente proposta de alterações bem como o texto final do presente Regulamento, nos termos da alínea a) nº.2 do artigo 53º. Da Lei nº. 169/99 de 18/09.”-----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação do presente regulamento, o qual foi aprovado por maioria, correspondendo a dezoito votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, um voto a favor do membro independente, seis votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes vinte e oito membros da Assembleia.-----

-----**Ponto sete:** REGULAMENTO DE INSTALAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“REGULAMENTO DE INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS:- Foi presente a proposta de alterações ao Regulamento de Instalação e Funcionamento dos Estabelecimentos de Restauração e Bebidas, assim como o texto final, que vai ficar arquivado no maço de documentos respeitante à presente acta.-----

-----O referido Regulamento foi publicado em projecto, no Diário da República, II Série,

nº.209 de 07/09/99, para efeitos de apreciação pública nos termos do artigo 118º. do Código do Procedimento Administrativo, não se tendo verificado quaisquer sugestões ou reclamações.-----

-----Depois de apreciado e discutido, a Câmara Municipal, por maioria, com o voto contra dos Vereadores da CDU, deliberou, aprovar e submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal a presente proposta de alterações bem como a texto final do presente Regulamento, nos termos da alínea a) nº.2 do artigo 53º. da Lei nº.169/99 de 18/09.”-----

-----Interveio o senhor António Roberto que relativamente ao sétimo artigo, do presente regulamento, considerou baixa a taxa aplicada para estabelecimentos com sala ou espaços destinados a dança. Por último, informou que votaria a favor.-----

-----Interveio o senhor Sérgio Martins que questionou se a entrada em vigor deste regulamento, implicaria a emissão de novos alvarás, mesmos para os estabelecimentos que já possuíam e que estavam a cumpri-lo.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia que informou que o regulamento em causa já tinha sido apreciado e aprovado pela Assembleia Municipal, já tinha sido publicado para eventuais reclamações, não tendo sido levantado qualquer problema, pelo que considerou que, embora as questões levantadas fossem pertinentes, eram extemporâneas.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que informou que o entendimento da Associação Nacional de Municípios Portugueses era que, quem já possuísse alvará, o mesmo era válido, porém a Comissão de Coordenação da Região do Alentejo discordava dessa opinião.

-----Disse ainda que, com base no presente regulamento, se fossem extremamente rigorosos, muitos estabelecimentos não estariam em condições de se adaptarem, dando como exemplo as tabernas típicas.-----

-----Interveio o senhor Vereador Cláudio Percheiro que revelou, que o grande problema do presente regulamento, quando entrasse em vigor, era obrigar todos os estabelecimentos a se adaptarem a ele, quando entendia que deveria ser apenas aplicado aos novos estabelecimentos,

até porque o próprio regulamento tinha como título “Regulamento de Instalação e ...”.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que referiu que, a legislação que suportava o presente regulamento, quando entrou em vigor, dava dois anos para os estabelecimentos se adaptarem às novas condições, porém esse tempo já tinha terminado.-----

-----Interveio o senhor António Roberto que questionou sobre o tipo de actuação da Guarda Nacional Republicana, nestes casos.-----

-----Interveio o senhor António Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, que questionou sobre a percentagem de estabelecimentos que estariam em condições de cumprir na totalidade o presente regulamento, no concelho de Odemira, uma vez que na sua freguesia não conhecia nenhum.-----

-----Interveio o senhor Vereador Cláudio Percheiro que considerou, que o senhor Presidente da Câmara teria o poder discricionário, para nos termos do regulamento, aprovar ou não os licenciamentos.-----

-----Evocando o direito de resposta, interveio o senhor Vereador António Afonso, que referiu que o poder discricionário sempre tinha existido e estava consagrado em variadíssimas leis, não poderia ser confundido com o poder discriminatório que era totalmente diferente e que era o que o senhor Vereador Cláudio Percheiro estava a tentar referir.-----

-----Interveio o senhor António Roberto que considerou que todos tinham o poder discricionário, o qual muitas vezes poderia ir até ao poder absoluto, dependendo do bom senso que cada pessoa tinha em usá-lo.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação desta proposta, a qual foi aprovada por maioria, correspondendo a dezassete votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, sete votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, duas abstenções dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e uma abstenção do membro independente, quando estavam presentes vinte e sete membros da Assembleia.-----

-----**Ponto oito:** REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE ESTACIONAMENTO NO MUNICÍPIO DE ODEMIRA: Ao dar-se início ao tratamento deste ponto da Ordem de Trabalhos, interveio o senhor Presidente da Câmara que explicou o porquê da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE ESTACIONAMENTO NO MUNICÍPIO DE ODEMIRA – REGULAMENTO DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA – REGULAMENTO MUNICIPAL DE REMOÇÃO E RECOLHA DE VEÍCULOS – APROVAÇÃO:- Foram novamente presentes os Regulamentos em epígrafe que mereceram as seguintes deliberações:-----

-----1 – Regulamento de Atribuição e Estacionamento no Município de Odemira – deliberado, por maioria, com a abstenção dos Senhores Vereadores da CDU, aprovar a redacção final;-----

-----2 – Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração limitada – deliberado, por maioria, com a abstenção dos Senhores Vereadores da CDU, aprovar a redacção final;-----

-----3 – Regulamento Municipal de Remoção e Recolha de Veículos – deliberado, por unanimidade, aprovar a redacção final.-----

-----4 – Mais foi deliberado, por unanimidade, que os Regulamentos presentes sejam enviados à Assembleia Municipal para apreciação e aprovação.”-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que congratulou-se com a publicação do presente regulamento.-----

-----Interveio o senhor José Valério, Presidente da Junta de Freguesia de Luzianes-Gare, que lembrou que, na última sessão tinha sido proposto um lugar de estacionamento para os Presidentes das Juntas de Freguesia, na sede do concelho e informou que possuía um cartão para o citado efeito, passado pelo então Presidente da Câmara Municipal, Doutor Justino dos Santos.-----

-----Interveio o senhor Vereador José Alberto Guerreiro que referiu que, o regulamento não previa esse tipo de excepções nos estacionamento. Considerou também que todos os cidadãos eram iguais, tinham os mesmos direitos e obrigações, e com todo o respeito que tinha pelos senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, discordava que lhes fossem entregues cartões de estacionamento, dado que posteriormente teriam de ponderar relativamente a outras entidades que teriam direito ao citado cartão.-----

-----Interveio o senhor Sérgio Martins que referiu, que era frequente verem em Vila Nova de Milfontes, o estacionamento indevido de auto-caravanas, em qualquer zona da vila, inclusivamente em lugares de estacionamento onde a caravana excedia a largura do mesmo. Disse ainda que, por diversas vezes verificava que as caravanas se encontravam estacionadas à beira mar, lançando sobre as dunas as suas águas residuais, não havendo qualquer intervenção por parte da Guarda Nacional Republicana.-----

-----Por último, considerou que a presente situação era abusiva, dado que estavam a ocupar indevidamente os espaços que não eram para auto-caravanismo, quando existiam parques de campismo para o efeito.-----

-----Interveio o senhor Vereador José Alberto Guerreiro que informou, que o problema levantado pelo senhor Sérgio Martins tinha sido abordado numa reunião havida com a Comissão Municipal de Protecção Civil, tendo sido recomendado ao senhor Comandante da Guarda nacional Republicana que actuasse nessa área.-----

-----Interveio novamente o senhor Sérgio Martins que referiu que, também os veículos pesados de passageiros tinham dificuldade em circular dentro da vila, durante a época balnear e aos fins-de-semana. Considerou ainda que, em certas zonas de Vila Nova de Milfontes, durante o Verão deveriam cancelar a circulação de veículos, para a segurança das pessoas que transitavam a pé.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que informou que partilhava da opinião do

senhor Sérgio Martins e informou que em Vila Nova de Milfontes, por diversas vezes, tinha tentado encerrar algumas ruas ao trânsito, mas os comerciantes não concordavam.-----

-----Interveio o senhor Raúl Vicente, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, que relativamente às auto-caravanas, informou que a Guarda Nacional Republicana intervinha pouco nesta matéria. Quanto à questão do trânsito referiu que, por diversas vezes tinha falado com o senhor Vereador responsável pelo pelouro do trânsito sobre o problema. Por último, informou que a maioria das pessoas era favorável ao encerramento das ruas ao trânsito e que apenas alguns comerciantes estavam contra.-----

-----Interveio o senhor Rui Xavier que informou que era adepto do caravanismo e em Vila Nova de Milfontes, durante as épocas mortas de turismo, existiam as caravanas. Informou ainda que tinha participado numa limpeza da praia e a grande quantidade de lixo retirada não se relacionava com os turistas de caravanas.-----

----Quanto à questão do trânsito, informou que concordava com o encerramento das ruas, durante o Verão.-----

-----Interveio o senhor António Roberto que informou que, quando ocupou o cargo de Presidente da Assembleia de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, tinha proposto o encerramento do trânsito na rua entre o Largo do Almada e o Hotel Social, durante os três meses de Verão, porém todos tinham sido contra a sua proposta. Disse ainda que estava preocupado com a demora no ordenamento de trânsito em Vila Nova de Milfontes.-----

-----Interveio novamente o senhor José Valério, Presidente da Junta de Freguesia de Luzianes-Gare, que discordou pelo facto de um Presidente de uma Junta de Freguesia do concelho, que necessitasse de tratar de um assunto na Câmara Municipal de Odemira, não tivesse um lugar no estacionamento privado da autarquia.-----

-----Interveio novamente o senhor Vereador José Alberto Guerreiro que informou, que a maioria das carrinhas das Juntas de Freguesia não cabiam no estacionamento reservado à

Câmara Municipal de Odemira. Disse ainda que, anteriormente os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, possuíam os citados cartões, porque as condições anteriores, a nível de trânsito, eram totalmente diferentes das de actualmente.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que considerou, que para atribuírem o lugar de estacionamento para as Juntas de Freguesia, tinha de existir esse lugar e actualmente existia uma grande escassez de lugares de estacionamento. Por último, disse que qualquer carrinha da Junta de Freguesia devidamente identificada poderia estacionar nos lugares reservados à Câmara Municipal de Odemira.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação do presente regulamento, o qual foi aprovado por maioria, correspondendo a dezassete votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, um voto a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, um voto a favor do membro independente, oito abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, quando estavam presentes vinte e oito membros da Assembleia.-----

-----**Ponto nove:** REGULAMENTO DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA: Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação do presente regulamento, o qual foi aprovado por maioria, correspondendo a dezoito votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, um voto a favor do membro independente, nove abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, quando estavam presentes vinte e nove membros da Assembleia.-----

-----**Ponto dez:** REGULAMENTO MUNICIPAL DE RECOLHA E REMOÇÃO DE VEÍCULOS: Não se registando qualquer intervenção, procedeu-se à votação do presente regulamento, o qual foi devidamente aprovado por unanimidade, correspondendo a dezoito votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros

eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e um voto a favor do membro independente, quando estavam presentes vinte e nove membros da Assembleia.-----

-----**Ponto onze:** MOÇÃO SOBRE “HOSPITAL CONDE BRACIAL – SANTIAGO DO CACÉM, APRESENTADA PELO SENHOR JOSÉ HENRIQUE LOPES, MEMBRO ELEITO PELO PARTIDO SOCIALISTA, DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA: Ao dar-se

início ao tratamento deste ponto da Ordem de Trabalhos, interveio o senhor Presidente da Assembleia que solicitou ao senhor José Henrique Lopes, que explicasse as razões da apresentação da Moção, que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Odemira-----

-----Ex.mos Srs. Membros da Assembleia Municipal de Odemira-----

-----Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Odemira-----

-----Ex.mos Srs. Vereadores da Câmara Municipal de Odemira-----

-----Minhas Senhoras e Meus Senhores-----

-----**MOÇÃO**-----

-----Da Bancada do Partido Socialista da qual faço parte e para qual fui democraticamente eleito.-----

-----Assunto: Hospital Conde Bracial Santiago do Cacém-----

-----Dirijo-me a esta Assembleia com o maior respeito que todos V. Ex.as me merecem, com o propósito, de vos pôr ao corrente, do que de insólito se passou, na última reunião do Conselho Geral do Hospital Conde Bracial.-----

-----Tendo sido eleito, pelo PS como representante da referida Assembleia Municipal, para o Conselho Geral do Hospital, em causa e, considerando-me co-responsável, caso deixasse passar em claro situação, que rotulo de grave e absurda, quando ao fazer a leitura do plano de actividades, para o ano 2000, deparo-me com o imbróglio que é: a não inclusão do nosso

Concelho no mesmo, mas sim a contemplação, de “Alcácer do Sal”, que nem representada está no dito órgão, certo da gravidade, que isto acarreta, para os nossos Municípios utentes desta unidade de Saúde vejo-me confrontado, com situação que considero absurda e, que não justifica a minha presença, ou outro qualquer representante nosso neste Órgão Consultivo.-----

-----Muito provavelmente talvez fosse mais útil ao Concelho e Municípios utentes dos Serviços de Saúde, estarmos dignamente representados, em Beja, no seu Hospital Distrital José Joaquim Fernandes, como temos até aqui e, bem representado o nosso Concelho no Hospital Conde Bracial para o qual e dado o ponto da situação actual, não vejo ser muito razoável, a presença no mesmo.-----

-----Para tanto formulei pedido ao Ex.mo Sr. Presidente do Conselho Geral Dr. Sebastião Carneiro, para que fizesse chegar ofício ao Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Odemira, para que fossem tomadas, as devidas e necessárias demarches sobre a matéria.-----

-----Aproveitei ensejo e reforcei, para que o Sr. Presidente do Conselho Geral fizesse chegar ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Odemira conteúdo das Actas até agora lavradas desde que tomei posse no Conselho e sobre todas as discussões de reuniões tidas até a ultima reunião de 08 de Fevereiro 2000.-----

-----Perante isto fui questionado pelo Sr. Presidente do Conselho Geral, no sentido de saber, qual a posição da Assembleia Municipal de Odemira, em relação ao Serviço de Urgências do Hospital Conde Bracial, aproveito e peço a V. Ex.a Sr. Presidente da Assembleia Municipal se digne se o entender fazer ofício neste sentido dirigido ao Sr. Presidente do Conselho Geral.-----

-----Posto isto e sobre a nossa não inclusão no plano de actividades para 2000 no referido Hospital venho solicitar a V. Ex.a Sr. Presidente, se achar oportuno e entender fazer-se votação sobre a matéria e, se de futuro devemos sim nos fazermos representar, em Beja e, para isso procedermos de novo à eleição do nosso digno representante nesse Conselho Geral do Hospital

Distrital José Joaquim Fernandes em Beja, Hospital esse que tem grande utilização dos nossos
Municípios, e que o universo de pessoas é maior, do que em SANTIAGO DO CACÉM.-----

-----Tenho Dito-----

-----Com as minhas Saudações Democráticas, sou-----

-----JOSÉ HENRIQUE LOPES-----

-----Membro da Assembleia Municipal de Odemira Eleito pelo PS-----

-----Obrigado”-----

-----Interveio o Presidente da Assembleia que informou, que o pedido para nomeação de
um representante da Assembleia Municipal, para o Conselho Geral do Hospital Conde Bracial,
tinha decorrido de um ofício enviado pelo citado hospital. Disse ainda que o pedido era baseado
na alínea b) do número um do artigo vigésimo quinto, do Decreto regulamentar número três
barra oitenta e oito de vinte e dois de Janeiro, o qual referia que o Conselho Geral era composto
por “...um representante de cada uma das Assembleias Municipais, dos quatro concelhos onde
residia o maior número de doentes internados no hospital, durante o ano civil anterior ao da
designação.” Face ao exposto, informou que a inclusão de um representante deste órgão no
Conselho Geral do Hospital José Joaquim Fernandes, em Beja, não dependia da vontade da
Assembleia Municipal.-----

-----Por último, considerou insólito, apenas o Hospital de Santiago do Cacém ter solicitado a
nomeação de um representante e agora excluía o concelho de Odemira do seu Plano de
Actividades.-----

-----Interveio o senhor Sérgio Martins que questionou ao senhor José Henrique Lopes sobre
a justificação dada pelo senhor Presidente do Conselho Geral do Hospital Conde Bracial, pela
não inclusão do concelho de Odemira, no Plano de Actividades do citado hospital.-----

-----Interveio o senhor José Lopes que informou que, tinha tomado a iniciativa de
apresentar à Assembleia Municipal, a presente Moção, porque da parte do Conselho Geral do

Hospital Conde Bracial não lhe tinham apresentado qualquer justificação.-----

-----Interveio novamente o senhor Sérgio Martins que considerou que a Assembleia Municipal deveria oficiar o senhor Presidente do Conselho Geral do Hospital Conde do Bracial solicitando explicações pela não inclusão do concelho de Odemira, no Plano de Actividades do citado hospital. Disse também que futuramente, o Centro de Saúde de Odemira previa a sua ligação orgânica e estrutural à unidade funcional que terá como base o futuro Hospital Distrital de Santiago do Cacém. Face ao exposto, considerava que a Assembleia Municipal deveria manter a presença do seu representante no Conselho Geral do citado hospital, apesar de concordar como a indignação e protesto feito pelo senhor José Henrique Lopes.-----

-----Por último, referiu que anteriormente a Assembleia Municipal também tinha um representante no hospital de Beja, pelo que não entendia o porquê deste mandato não estar representada por nenhum elemento.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia que informou que o concelho de Odemira tinha sido excluído do Plano de Actividades do Hospital Conde Bracial, em Santiago do Cacém, mas não tinham sido excluídos do Conselho Geral do citado hospital. Disse também que iria solicitar à Administração do Hospital José Joaquim Fernandes, em Beja, que informasse sobre o número de internados, por concelho, desde mil novecentos e noventa e sete.

-----Interveio o senhor Vereador Cláudio Percheiro que referiu que existia documentação na Assembleia Municipal, que referia que o representante deste órgão no Hospital Conde Bracial, não era apenas para cumprimento da legislação, mas também relacionava-se com o futuro Hospital Distrital de Santiago do Cacém.-----

-----Interveio o senhor António Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, que considerou que o Hospital de Santiago do Cacém apenas tinha tido interesse que o concelho de Odemira fizesse parte de um conjunto de municípios, cujos doentes integrariam o futuro hospital, para garantir a construção do mesmo. Disse ainda que, uma vez que a construção do

hospital estava a decorrer, o concelho de Odemira já não era importante sendo inclusivamente excluído do Plano de Actividades, para dar lugar a outro concelho que nem tinha representante no Conselho Geral.-----

----Por último, questionou ao Doutor Sérgio Martins sobre a percentagem de doentes que iam para o hospital de Beja e para o hospital de Santiago do Cacém. Disse ainda que o ideal seria a Assembleia Municipal estar representada em ambos os hospitais, mas se tivessem de optar por um, preferia que ficassem representados em Beja.-----

-----Interveio o senhor Sérgio Martins que informou que apesar de não ter dados concretos, a percentagem de doentes nos hospitais seria aproximadamente noventa por cento encaminhados para Beja e dez por cento para Santiago do Cacém.-----

-----Interveio o senhor Joaquim Rodrigues que revelou que tinha ficado surpreendido com a presente situação e perguntou se a construção de uma nova unidade hospitalar não se relacionava com o Ministério da Saúde.-----

-----Interveio o senhor Sérgio Martins que sugeriu que se deveria confrontar esta questão à Administração de Saúde do Alentejo, porque tinha competências em matéria de articulação das entidades de saúde.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia que sugeriu que se oficiasse o senhor Presidente do Conselho Geral do Hospital Conde do Bracial, questionando os motivos que tinham levado à exclusão do concelho de Odemira do Plano de Actividades . Sugeriu ainda que fosse retirada a presente Moção, e bem assim que se mantivesse em funções o actual representação da Assembleia Municipal de Odemira, no hospital anteriormente referido.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi a sugestão apresentada pelo senhor Presidente da Assembleia, aprovada por consenso.-----

-----**Ponto doze: MOÇÃO “DE NOVO PELA MODERNIZAÇÃO E DIGNIFICAÇÃO DAS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS”, ENVIADA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE**

VALENÇA: Foi presente o ofício número cinquenta e um, datado de sete de Fevereiro do corrente ano, enviado pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal de Valença, o qual anexava a Moção intitulada “De Novo pela Modernização e Dignificação das Assembleias Municipais”, o qual ficará arquivado no maço de documentos da presente sessão. A citada Moção tinha sido aprovada, por unanimidade na sessão ordinária do citado órgão, realizada no dia quatro de Fevereiro do corrente ano.-----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da presente Moção, a qual foi devidamente aprovada por unanimidade, correspondendo a dezasseis votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e um voto a favor do membro independente, quando estavam presentes vinte e oito membros da Assembleia.-----

-----**III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**-----

-----Não se registou qualquer intervenção.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA**-----

-----Nos termos do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, foram aprovadas em Minuta todas as deliberações tomadas para que produzam efeitos imediatos, por unanimidade, correspondendo a dezasseis votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, onze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e um voto a favor do membro independente, quando estavam presentes trinta membros da Assembleia.-----

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO**-----

-----Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão pelas dezanove horas.-----

-----De tudo, para constar, se lavrou a presente acta que, nos termos da Lei, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e pelos senhores Secretários.-----

-----O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,-----

-----O PRIMEIRO SECRETÁRIO,-----

-----O SEGUNDO SECRETÁRIO,-----